

Entrevista com Marcos Napolitano

Marcos Francisco Eugênio Napolitano é professor de História do Brasil Independente do Departamento de História da USP. Formando em História, é mestre e doutor em História Social e autor de livros e pesquisas sobre o engajamento político da Música Popular Brasileira.

Qual foi o papel dos festivais de música durante a ditadura militar?

Embora fossem eventos ligados à nascente indústria cultural brasileira, os festivais acabaram se tornando vitrines da “moderna” MPB, tipo de canção engajada ligada à cultura da resistência ao regime militar, e cultuada, sobretudo, nos meios estudantis. Portanto, seu papel é comercial e político a um só tempo. Lembro que a MPB foi fundamental para a afirmação da indústria fonográfica brasileira, pois mesmo vendendo menos que outros gêneros populares, mobilizava grandes recursos técnicos e financeiros, permitindo também a formação de um elenco estável de compositores e intérpretes. Conhecer a história da MPB e dos festivais é compreender esta contradição fundamental, de preferência, sem purismos ou idealizações. E também é uma forma para se conhecer a história do Brasil como um todo.

Quem eram os artistas considerados inimigos do regime militar?

Quase todo compositor ou intérprete ligado à MPB se considerava crítico do regime, em diversos graus de radicalidade e tipo de atuação. Neste leque cabiam vários tipos de artistas e vários tipos de crítica: o lirismo da primeira fase do Chico Buarque, a sutileza poético-musical de um Edu Lobo, a contundência militante de um Geraldo Vandré ou de um Sérgio Ricardo ou a ousadia formal e comportamental de um Caetano Veloso ou Gilberto Gil.

Do que eles eram acusados? O que sofriam como retaliação?

Até fins de 1968, o artista era vigiado de longe, mas não sofria muito com a censura ou com outros tipos de perseguição. O regime militar, inicialmente, estava mais preocupado em reprimir os movimentos populares (sindical-operário, camponês etc.) e organizações culturais (como o CPC/UNE) do que reprimir, individualmente, os artistas que cantavam nos circuitos do mercado para o público de classe média, grupo considerado inofensivo e potencialmente aliado do regime, posto que havia majoritariamente apoiado o golpe contra João Goulart. Houve episódios de censura pontuais aos festivais. A coisa mudou com a eclosão da guerrilha de esquerda e com a edição do AI-5. A partir daí, o artista engajado passou a ser foco de vigilância mais sistemática e censura mais rigorosa, pois seu público-alvo – os estudantes – era uma das principais bases sociais de apoio à luta armada.

Por serem transmitidos pela televisão, os festivais foram importantes para disseminarem uma ideia de liberdade de expressão a um grande número de pessoas?

A recepção dos festivais atingia um público muito diverso. Desde pessoas que não eram de esquerda, mas adoravam as canções veiculadas nos festivais, até militantes da oposição ao

regime que incorporavam as músicas como mensagens de resistência. A qualidade das canções permitia este leque, pois a MPB dos festivais não se restringia a músicas simplistas de conteúdo politizado. As canções que mais se destacaram, como “Disparada”, “Ponteio”, “Roda-Viva”, “Alegria Alegria”, “Domingo no Parque” etc., conciliavam sofisticação musical e poética com crítica social e política. Além delas, havia outros tipos de canções, românticas por exemplo. Os festivais eram muito diversos, embora nossa memória tenha se fixado nas canções mais politizadas. Apesar desta diversidade, podemos dizer que a MPB dos anos 1960 e 1970 serviu com uma espécie de “educação sentimental e cívica” para uma geração. Criou um padrão de gosto musical, consolidou a canção popular como parte da cultura brasileira refinada, reforçou um imaginário de liberdade e de justiça social, disseminou visões sobre o Brasil e seu povo. Não hesito em dizer – como fã-pesquisador assumido – que entre o final dos anos 1950 e final dos anos 1980, a canção brasileira escreveu um dos capítulos mais fantásticos da música popular do século XX. Azar de quem não conhece (rs).

As emissoras de televisão sofriam algum tipo de sanção por exibir um programa com músicas “subversivas”?

Só a partir do AI-5 e do recrudescimento da censura, a partir de 1969/1970, é que a MPB como um todo começou a ter problemas, o que obviamente afetou os programas musicais da TV. Por exemplo, o Festival Internacional da Canção de 1972, organizado pela Rede Globo, teve muitos problemas com a censura e com o regime. Mas o que causou a decadência efetiva dos festivais foi o fato da televisão dos anos 1970, marcada pelo chamado “Padrão Globo”, não se adaptar mais àquele tipo de programa. Vale lembrar que os festivais eram um evento caótico do ponto de vista televisual. Tinham hora para começar, mas não tinham hora para terminar. Durante o evento, transmitido ao vivo, poderia acontecer de tudo, desde vaias imprevistas, discursos inflamados dos compositores, problemas técnicos etc. A televisão dos anos 1970 passou a ser regrada pelo videotape (programas pré-gravados) e pelo controle rígido dos horários, para lucrar mais com os anúncios comerciais. Mesmo os eventos ao vivo tinham controle do tempo mais rigoroso. Os festivais acabaram mais por este motivo do que por uma censura rígida do regime. Eram programas “quentes” demais para uma televisão cada vez mais fria, profissional e técnica. Todas as tentativas de reviver este tipo de evento não deram muitos resultados. A era dos festivais acabou, dando lugar à era das telenovelas.